

# O Impacto do Turismo e das Redes Hoteleiras Espanholas e Portuguesas no Litoral Norte da Bahia – Brasil

LIRANDINA GOMES \* [ liragomes11@yahoo.com.br ]

**Resumo** | Este estudo trata dos impactos do turismo e das redes hoteleiras espanholas e portuguesas que atuam no Litoral Norte da Bahia – Brasil. Considerando as políticas públicas ambientais, territoriais e de turismo, analisa os efeitos do processo de internacionalização destas redes.

**Palavras-chave** | Redes Hoteleiras, Território, Conflito.

**Abstract** | This study focuses on the impact of tourism and hotel chains Spanish and Portuguese working in the Northern Coast of Bahia- Brazil. Considering the environmental public policies and regional tourism, examines the effects of the internationalization process of these networks.

**Keywords** | Hotel Chains, Territory, Conflict.

---

\* **Doutoranda em Geografia** na Universidade Federal de Sergipe, **Professora** na Universidade do Estado da Bahia e **Bolsista** da CAPES.

As transformações na estrutura do poder mundial e o fortalecimento das corporações gerou contradições e conflitos nas diferentes escalas espaciais, afetando diretamente a autonomia de Estado e o seu controle sobre o processo produtivo. Tal realidade implicou em novas relações Estado-empresa, público-privado, em novas formas de organização sócio-política e sócioespacial que privilegiam novas atividades econômicas, vinculadas as tecnologias de comunicação, a informação e a telemática. Dentre essas novas atividades destaca-se o setor de serviços, em especial a atividade turística, considerada como um dos fenômenos representativos do atual estágio da globalização.

A atividade turística como expressão da modernidade envolve múltiplas abordagens e perspectivas na sua dimensão econômica, social, espacial, cultural e ambiental, conforme define De La Torre (1994:23), o "turismo é um fenômeno social, que consiste no deslocamento temporário e voluntário de indivíduos ou grupos de pessoas, que fundamentalmente por motivos de recreação, descanso, cultura ou saúde, saem do seu local de residência habitual para outro, no qual não exercem nenhuma atividade lucrativa nem remunerada, gerando múltiplas inter-relações de importância, social, cultural e econômica".

Do ponto de espacial o turismo produz configurações territoriais complexas e contraditórias alterando significativamente a organização espacial existente, como mostra Bertonecello (1985), ao analisar a apropriação do espaço litorâneo para fins turísticos. O autor destaca três grandes etapas do desenvolvimento territorial do turismo, os quais representam, por sua vez, três estágios de atuação espacial diferenciada, ligados a objetivos e interesses do setor dominante em cada momento: a) etapa de domínio dos agentes locais; b) etapa que corresponde ao domínio dos agentes extra-locais e, por último, c) etapa do domínio dos agentes internacionais. Assim, para o autor, cada uma dessas etapas representa uma forma de entender o setor produtivo que, paulatinamente, o modelo capitalista

irá se impondo em suas formulações sócioespaciais, ao mesmo tempo, que abrirá o passo a etapas seguintes de controle e domínio.

Essa produção do espaço turístico é também analisada por Rodrigues (1997) quando observa que, "tanto a produção dos novos espaços turísticos é hegemônica como também o consumo o é. (...) o consumo consumptivo do espaço sobrepõe-se ao consumo produtivo, uma vez que a instalação das onerosas infra-estruturas de apoio ao turismo os transportes, rede de água, e esgotamento sanitário, rede de energia elétrica e de comunicações requerem grande volume de investimentos de capital, financiados pelo capital transnacional. Posteriormente instalam-se empresas privadas, como as mega-empresas hoteleiras e de equipamentos de lazer, como os parques temáticos".

O crescimento acelerado do turismo no Brasil, verificado na década de 90 e suas repercussões nas cidades, no campo, nas áreas protegidas, no modo de vida das populações locais têm mobilizado diversos segmentos sociais e estimulado pesquisadores e estudiosos das diferentes áreas do conhecimento a compreender e analisar os impactos sociais, econômicos, culturais e ambientais decorrente da atividade. Sob a ótica geográfica do turismo vale salientar os estudos Rodrigues (1985), Tulik (1995), Cruz (2001), Coriolano (2004), Silva (1996), Gomes (1998) dentre outros. Os estudos desses autores analisam especialmente o modelo de desenvolvimento turístico implantado na zona costeira e suas implicações sócioespaciais, urbanas, ambientais e sociais. Esses estudos têm privilegiado o litoral nordestino, região onde o processo de internacionalização tem sido impulsionada pela atividade turística, hoteleira e imobiliária.

Pesquisa efectuada por Proserpio (2007) constatou que as cem maiores multinacionais têm suas sedes nos países desenvolvidos, sendo 30 delas sediadas nos Estados Unidos, concentrando na sede seus ativos e melhores empregos. Das 12 principais operadoras hoteleiras internacionais em operação no Brasil, 11 têm origem em países

ricos, sendo seis de “bandeira” norte-americana. Para a autora, o aumento da demanda por viagens e hospedagem acirrou a competição no setor, determinando a necessidade de ampliar as escalas de operação, baratear custos e diversificar locais de atuação e recepção de um número cada vez mais amplo de viajantes, que passam a se deslocar em ritmo e frequência cada vez maiores. Além das fusões e aquisições, as redes promoveram acentuado processo de expansão, diversificação e busca de novos mercados e, até mesmo, criação de novos destinos.

No Brasil, a implantação das redes hoteleiras internacionais se concentraram historicamente nas regiões sudeste e sul, principais centros financeiros, de negócios e lazer do país, e secundariamente no litoral do nordeste. Essas redes hoteleiras se localizam principalmente nas áreas litorâneas ou próximo a elas, fato observado a partir das décadas de 70, 80 e 90. Esses hotéis surgem nas grandes metrópoles brasileiras ou no seu entorno devido a existência de infra-estruturas como aeroportos, portos, comunicação e serviços.

Em 1971, foi inaugurado o primeiro hotel de rede internacional no Brasil o *Hilton Internacional Corporation*, no centro de São Paulo. Em seguida vieram outras redes como o *Holiday Inn*. Em 1974, foi inaugurado o Rio *Sheraton* e o *International Rio*. No mesmo período começaram a se implantar as redes francesas, a exemplo da rede *Méridien* que iniciou suas atividades na Bahia, em Salvador, e o *Club Méditerranée* que se instalou na Ilha de Itaparica. Vale salientar, em 2002, o Hotel *Méridien* – Salvador foi comprado pelo grupo português Pestana.

O crescimento da economia mundial na década de 90, em especial, nos países centrais, dinamizou significativamente o setor de viagens e conseqüentemente o setor hoteleiro. Segundo Prosério (2007) a expansão de novos projetos hoteleiros, nos anos 90, foi viabilizada mediante a entrada de novos agentes, representados pelos fundos institucionais, construtoras e incorporadoras

imobiliárias, que passaram a cumprir papel importante de financiador de novos projetos, capitalizando a renda disponível da classe média, ampliada com o fim do imposto inflacionário. Paralelamente, os investimentos públicos em infra-estrutura turística e básica financiados pelo BNDES e o Programa de Desenvolvimento Turístico do Nordeste e pelo Banco Mundial foram primordiais para reanimar o setor e atrair novas redes hoteleiras internacionais.

A autora salienta que os fundos de pensão começaram a investir, na década de 90, em decorrência da dinamização do mercado de viagens, do crescimento de recursos por eles administrados e da necessidade de diversificação das inversões, até então concentradas, em prédios comerciais, sobretudo *shopping centers*. A entrada dos fundos de pensão brasileiros seguiu o modelo já existente desde a década de 70 na Europa e nos Estados Unidos, regiões nas quais o crescimento das redes foi financiado, em grande parte, com recursos de fundo de pensão, proprietários de cerca de 70% dos hotéis de médio e grande porte dos Estados Unidos.

Os maiores fundos de pensão no Brasil que têm investido no setor de hospedagem são a PREVI-Previdência Privada dos Funcionários do Banco do Brasil, o FUNCEF – Fundo de Pensão dos Funcionários da Caixa Econômica Federal e a PETROS – Fundo de Pensão dos Funcionários da Petrobrás.

Em 1996, foi inaugurado o primeiro hotel no Brasil construído com fundos institucionais, como destaca Prosério (2007:34) “primeiro foi o hotel *Sol Méliá* São Paulo (da rede espanhola *Sol Méliá*) posteriormente, fundos institucionais financiaram o Hotel Transamérica Morro do Conselho, em Salvador, da rede Transamérica, o *Meliá* Maceió (rede *Sol Méliá*) e o Complexo Costa do Sauípe no Litoral Norte da Bahia financiado pela Previ. Os cinco hotéis tipo *resort’s* foram até 2007, administrados sob forma de arrendamento pelas, redes *Marriott*, *Acoor* e *Superclubs Breezes*, atualmente, esses hotéis são administrados pela própria Previ. Os fundos institucionais adquiriram também o *Méridien* Rio de Janeiro (rede *Méridien*), o *Renaissance* São

Paulo (rede americana *Marriott*), o *resort* Cabo de Santo Agostinho em Pernambuco e, diversos empreendimentos administrados pela rede *Accor* em outras regiões do país”.

A Previ é o maior fundo de pensão da América Latina e o 59º do mundo em patrimônio tem participação acionária em diversas empresas. Na Bahia, além do controle acionário do complexo hoteleiro Costa do Sauípe, detêm 49% de participações nos grupos Neoenergia, que controla a Companhia de Eletricidade da Bahia (Coelba), 49% no Paranapanema e 14,93% na Companhia Vale do Rio Doce.

Vale destacar, que estes investimentos dos fundos institucionais e fundos de pensão foram estimulados a investir no setor hoteleiro atraídos pelos investimentos significativos dos governos federal e estadual no setor de turismo, principalmente na região nordeste.

Segundo a Embratur entre 1995-2000 foram investidos no país, US\$ 10 bilhões, em infraestrutura básica e urbana e turística financiados pelo BID-Banco Interamericano de Desenvolvimento. Esses recursos foram viabilizados em parceria do governo Federal com os governos estaduais. Na região nordeste os recursos foram repassados pelo Banco do Nordeste através do PRODETUR-NE. Este programa de financiamento teve como objetivo viabilizar os recursos disponibilizados pelo governo federal para o desenvolvimento da atividade turística no nordeste. As ações do Prodetur/NE foram divididas em três componentes a saber:

- a) desenvolvimento institucional: incorpora todas as ações que consistem em ampliar a capacidade gerencial de órgãos estaduais e municipais co-executores do Programa de executar suas funções;
- b) obras múltiplas em infraestrutura básica e serviços públicos: esse componente incorpora os investimentos nos setores de saneamento básico, administração de resíduos sólidos, proteção e recuperação ambiental, transportes e recuperação do patrimônio histórico;

- c) construção, ampliação e modernização de aeroportos nas capitais e outras regiões do nordeste, consideradas prioritárias pelo programa.

De acordo com a Secretaria de Turismo (2005) no período compreendido entre 1991 e 2004, o governo do Estado da Bahia investiu US\$ 1,6 bilhão na criação, melhoria e ampliação das zonas turísticas, e deste total, US\$ 250.000.000 foram recursos advindos do PRODETUR-NE. Esses recursos foram voltados essencialmente para implantação infra-estrutura urbana e turística nas diversas regiões turísticas do estado.

No Litoral Norte, Zona Turística, denominada pela Secretaria de Turismo do Estado de “Costa dos Coqueiros”, os investimentos públicos se concentraram na construção de estradas, a exemplo, da Linha Verde – BA-099, criação de áreas protegidas, saneamento básico, infra-estrutura de telecomunicações e eletricidade, projetos de Requalificação Urbana nas Vilas e Povoados litorâneos.

A implantação dessas infra-estruturas foram decisivas para o desenvolvimento do turismo e atração de investidores estrangeiros para o setor hoteleiro e imobiliário. Um marco desse processo foi a inauguração do Complexo Hoteleiro Costa do Sauípe em 2000, empreendimento idealizado e construído pela Odebrecht S/A financiado pela Previ, no valor de US\$ 340 milhões. O complexo hoteleiro Costa do Sauípe é composto de cinco hotéis e seis pousadas temáticas que até início deste ano eram administradas pela Sauípe S/A, atualmente é administrada pela rede hoteleira portuguesa Pestana.

Paralelamente, ao setor turístico e hoteleiro o setor imobiliário também vem crescendo significativamente, tornando esta região a mais dinâmica em termos de investimentos públicos e privados, como se infere em matéria publicada pela Revista Veja (2005), “chovem investimentos no ensolarado litoral baiano, que não pára de ganhar

novos complexos turísticos. Quatro dos novos resorts de alto padrão vão se instalar ao longo da costa dos Coqueiros, quase 200 quilômetros de praias no litoral norte da Bahia, onde já se aloja um empreendimento gigante: a Costa do Sauípe. Com 2 quilômetros de praia, o maior projeto em andamento é o monumental Iberostar Praia do Forte. [...] na mesma Costa dos Coqueiros, o canteiro de obras mais movimentado da Bahia, o grupo Português Reta Atlântico está investindo 220 milhões de reais na construção dos três hotéis e 184 casas na Reserva Imbassaí”.

Outras redes hoteleiras internacionais, vem se instalando na região como o grupo espanhol Iberostar, considerada umas das três maiores redes de hotelaria da Europa. Inaugurado em 2006, O Iberostar Praia do Forte Golf & Spa e Resort Villas, teve um investimento total de US\$ 250 milhões. Os grupo português Vila Galé inaugurou no início deste ano um mega- resort na praia de Guarajuba e o grupo Reta Atlântico que está construindo em Imbassaí um mega-empreendimento hoteleiro integrado a um empreendimento imobiliário voltado para o mercado internacional.

A reforma e ampliação do Aeroporto Internacional de Salvador e a duplicação da Estrada do CoCo que liga Salvador a “Linha Verde” – Ba 099 intensificou um maior fluxo de turistas, favorecendo também a atração de novos empreendimentos residenciais, de segunda residência e turísticos. Para atender a demanda cada vez maior de turistas vôos diretos da Europa para Salvador foram ampliados, além do vôo Frankfurt- Salvador pela Varig, vôo Lisboa–Salvador pela TAP, Madrid – Salvador pela Air Madrid, e Air Europa.

A nova configuração do capitalismo mundial e nos novos mecanismos que comandam seu desempenho e regulação, verificados nas décadas de 80 e 90, caracterizados pela privatização, liberalização e desregulamentação do mercado, implicou em novas formas de acumulação, interdependências e investimentos diversificados. Essa nova fase da mundialização do capital denominado por

diversos estudiosos de globalização financeira viabilizada pelas novas tecnologias da informação e a telemática trouxe significativos impactos nas formas de internacionalização e no modus operandi das empresas multinacionais, conforme destaca Chesnais (1996:27) “historicamente, a expansão internacional deu-se, sobretudo através do comércio exterior e, sucessivamente, nos anos 80, por um desenvolvimento considerável do investimento direto internacional e da colaboração interempresas. O que há de novo é que as empresas recorreram a novas combinações entre os investimentos internacionais, o comércio e a cooperação internacional interempresas coligadas, para assegurar sua expansão internacional e racionalizar suas operações”.

Esse processo de internacionalização das empresas teve como um dos aspectos mais relevantes o Investimento Externo Direto – IED, cujo tema propiciou uma diversidade de estudos e teorias para compreender os seus efeitos nos países receptores e as novas formas de interdependências entre países desenvolvidos e em vias de desenvolvimento, já que, a maioria dos investimentos externos diretos ocorrem entre países ricos. Contudo, na década de 90, a reestruturação ocorrida no capitalismo mundial, impulsionou uma nova tendência nos investimentos externos diretos – que passaram a migrar os investimentos dos países centrais para os países periféricos. Pesquisas desenvolvidas por economistas europeus mostram, por exemplo, que na década de 90, o IED - dos países da União Européia foi mais expressivo na América Latina, com destaque para o México, Argentina e Brasil.

Essas pesquisas mostram que a primeira fase de internacionalização das cadeias hoteleiras espanholas teve início na década de 80, com a expansão e consolidação na própria região européia, e posteriormente na Ásia e África. Visando a sua diversificação na década de 90, expandiu-se para o mercado latino-americano, com ênfase nos países de cultura hispânica, a exemplo do México (Cancun), República Dominicana e Cuba. A segunda fase se caracterizou pela seleção de novos destinos, como

países da América Central e América do Sul, com destaque para o Brasil, Argentina e Venezuela, direcionando investimentos e inversão tecnológica para os países selecionados como mais promissores. Atualmente, 60% da oferta hoteleira espanhola se concentra na Europa e Caribe.

De acordo com Horrillo (2008) os fatores determinantes de internacionalização das cadeias hoteleiras espanholas foram à busca de diversificação e ampliação do mercado, economias de escala, experiência nacional, capacidade de minimizar os custos de produção, sinergias com mercados comuns, relações com os principais operadoras europeias e aproveitamento das externalidades. As formas de financiamento para a expansão internacional dessas cadeias hoteleiras seguem a mesma lógica de investimentos portugueses. Segundo a autora, esse processo de internacionalização foi viabilizado pelos investimentos externos diretos e financiamentos externos e fundos de inversão; seguros e pensão. No momento atual novos atores são incorporados a esse processo como as empresas construtoras e/ou imobiliárias.

Dentre os estudos que tratam sobre a internacionalização das empresas via investimento externo direto destacam-se Chsenais (1996), Henart (1991) e Silva (2002). De acordo com Chesnais (1996: 43) “a internacionalização do capital inclui o comércio exterior, o investimento externo direto e os fluxos internacionais do capital que mantém a forma monetária. (...) hoje pode ser ampliada, passando a incluir “as entradas e saídas de tecnologias, seja incorporadas aos equipamentos, seja transmitidas e adquiridas de forma intangível; os movimentos internacionais de pessoal qualificado e os fluxos de informações e dados transfronteiras”.

De acordo com Breda (2008), até 1990, o Investimento Direto de Portugal no Estrangeiro (IDPE) era voltado principalmente para alguns países da União Européia, notadamente Reino Unido, Espanha, França e para os Estados Unidos. Conforme, destaca a autora, “a adesão de Portugal e Espanha à União Européia, em 1986, aliado

ao crescimento econômico dos países de língua oficial portuguesa contribuiu para uma maior diversificação geográfica dos destinos do IDPE. Os principais destinos desses investimentos são os países da Comunidade da Língua Portuguesa, como o Brasil e os países africanos a exemplo de Angola, Moçambique, entre outros”.

Segundo Chesnais, citando a OCDE (1996:55), os investimentos estrangeiros podem ser efetuados sob forma de investimentos diretos ou investimentos de “carteira”. O investimento estrangeiro direto é quando o investidor detém 10% ou mais das ações ordinárias ou direito de voto numa empresa. Enquanto que o investimento estrangeiro inferior a 10% é contabilizado como investimento de carteira. (...) considera-se que os investidores de carteira não exercem influência sobre a gestão de uma firma da qual possuem ações. O investimento de carteira designa-se o conjunto de depósitos bancários e das aplicações financeiras sob forma de títulos públicos ou privados. Para o autor, a distinção entre esses dois tipos de investimentos às vezes é difícil, por razões contábeis, jurídicas ou estatísticas.

O grande movimento de investimento internacional verificado na década de 80, via fusões e aquisições e o significativo crescimento do investimento externo direto, superou o comércio exterior, o que resultou em novas formas de interdependências entre regiões e países, ressalta Chesnais (1996). Estudos desenvolvidos por Silva (2005) mostra que o forte crescimento de IED que atingiu a América Latina nos anos 90 – sobretudo o Brasil e o Mercosul, os capitais europeus, nomeadamente de Espanha e Portugal, desempenhou um papel importante nas relações bilaterais superando no seu conjunto, os de origem norte-americana.

No caso do Brasil, depois de um crescimento acelerado em 1993, atingiu um patamar máximo em 1998-2000. Nesses três anos, de acordo com Silva (2003), o Brasil recebeu 50% do total de entradas de IED da América do Sul. Esse processo foi acompanhado por uma reorientação setorial em detrimento da indústria e em favor dos serviços.

De acordo com o autor, essa reorientação esteve basicamente ligada a mudanças estruturais e devido às privatizações das empresas públicas, notadamente nas áreas de telecomunicações e energia.

Impulsionadas pela competitividade e busca de oportunidades de crescimento no mercado mundial as redes hoteleiras internacionais, notadamente espanholas e portuguesas, expandiram para os chamados mercados emergentes ou em vias desenvolvimento, seja através de fusões ou aquisições, IED e incentivos dos países receptores via financiamento externo e políticas públicas de isenção fiscal.

Estudos realizados por Horrillo (2008) sobre a *Expansão Internacional das Cadeias Hoteleiras: o caso espanhol*, mostra que as 30 empresas hoteleiras espanholas internacionalizadas controlam 900 hotéis e 207.000 habitações. Destas apenas seis cadeias hoteleiras controlam 80% da oferta hoteleira espanhola no estrangeiro. Dentre essas cadeias hoteleiras que se internacionalizaram destacam-se, de acordo com a autora, a rede *Sol Méliá* com 149 estabelecimentos em 38 países, controlando 21% das cadeias hoteleiras espanholas no estrangeiro. Em segundo lugar a *NH Hotels com 133 estabelecimentos atuando em 13 países*, *Barceló Hotels & Resort's* 64 estabelecimentos atuando em 21 países, *Riu Hotels & Resort's* 64 estabelecimentos atuando em 11 países, *Iberostar Hotels & Resort's* 47 estabelecimentos atuando em 07 países e o *Fiesta Hotels* com 11 estabelecimentos atuando em 03 países.

Vale salientar, que três dessas redes hoteleiras (*Sol Méliá*, *Iberostar Hotels & Resorts* e *Fiesta Hotels*) atuam no Brasil, com destaque para a região sudeste e mais recentemente nas principais regiões turísticas do nordeste, a exemplo da Bahia, Rio Grande do Norte e Ceará. Na Bahia, o litoral norte se constitui a região de preferência desses investidores.

O processo de internacionalização das empresas portuguesas e espanholas na América do Sul, em especial no Brasil, têm suscitado pesquisas e estudos nas universidades destes países. Esses estudos na área de economia internacional visam identificar os

fatores que determinam as empresas portuguesas e espanholas a investir no Brasil, como também as dificuldades encontradas durante o processo de internacionalização e os efeitos da implantação dessas empresas. Dentre as pesquisas mais recentes destaca-se o estudo elaborado por Silva *et al.* (2003), sobre as *Empresas e Subsidiárias Portuguesas no Brasil: um panorama*, *A internacionalização da Empresas Portuguesas: a experiência brasileira*, Silva (2005) e *A Internacionalização das Empresas Portuguesas no Brasil: o caso do setor hoteleiro*, (Breda, 2008). *A Expansão Internacional das Cadeias Hoteleiras: o caso espanhol* destaca-se a pesquisa elaborada por Horrillo (2008).

A internacionalização das empresas portuguesas foi predominantemente feita pelas grandes empresas do setor industrial e serviços, das 10 maiores empresas portuguesas 07 atuam no Brasil, conforme destaca Silva (2003) "das 240 empresas internacionalizadas no Brasil 68% são grandes empresas subsidiárias do setor de energia, água, saneamento e auto-estradas, e, 32% são pequenas e médias empresas que atuam em ramos industriais avançados e/ou competitivos como moldes e acessórios de veículos, máquinas, equipamentos pesados e cerâmica e, ainda nas atividades de consultoria e serviços prestados a outras empresas".

Dentre as grandes empresas destaca-se o grupo Sonae no ramo de distribuição comercial (supermercados), a Portugal Telecom na área de telecomunicações, a EDP – Energias do Brasil na área de distribuição de energia e construção de barragens, a CIMPOR, na indústria de cimento (Silva, 2003).

A localização dessas empresas segue a mesma lógica de concentração espacial existente no Brasil, ou seja, do total das 240 empresas portuguesas instaladas no Brasil 75% estão instaladas na região sudeste (São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais), 15,1% na região sul (Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná) e 10% nas regiões centro-oeste, norte e nordeste.

Esse quadro de distribuição do IED vem se modificando no Brasil, sendo atualmente o setor

imobiliário, de turismo e hotelaria e a produção de energia as atividades de destaque dos investimentos estrangeiros no País, em especial, no nordeste nos estados do Ceará, Rio Grande do Norte e Bahia.

Seguindo a tendência mundial, a partir de 2002 as grandes empresas portuguesas passam a diversificar os seus investimentos. É notável o aumento de investimentos portugueses no Brasil no setor de turismo, hotelaria e segunda residência. Dentre esses grupos destaca-se o Grupo Espírito Santo, Pestana, Vila Galé e o Reta Atlântico. O Grupo Espírito Santo é um dos mais antigos grupos econômicos portugueses atua no Brasil há mais de 17 anos, no setor financeiro e de agro-negócio. Este grupo possui 14 hotéis em Portugal e a previsão para os próximos três anos é comprar ou construir 05 hotéis no nordeste, como também desenvolver segunda residência para turistas europeus no Brasil. Atualmente, o Grupo Espírito Santo é proprietário do mais antigo *resort* da Bahia, o *Tivoli Ecoresort* Praia do Forte.

A partir de 1996, o Brasil tornou-se o principal mercado de investimentos portugueses, com destaque para o setor de turismo, restauração e hotelaria, conforme nos mostra Breda (2008) "58% das unidades hoteleiras portuguesas existentes no estrangeiro se encontram localizadas no Brasil. Isto se deve ao fato dos principais grupos portugueses da área de turismo se encontrarem presentes neste país, além de existir também um grande número de pequenos investidores, principalmente no nordeste. De fato, que esta região atrai 80,7% das unidades hoteleiras portuguesas, sendo que só os estados do Ceará, Rio Grande do Norte e Bahia concentram 62% dessas unidades. Para a autora, a menor distância geográfica entre o nordeste e Portugal, e as grandes potencialidades turísticas que esta região oferece, nomeadamente em termos de turismo sol e mar, criam um ambiente propício ao Investimento Direto Português".

Inquérito efetuado pela autora, em 2008, às empresas que têm realizado investimentos na área de hotelaria no Brasil, em especial, no nordeste no

litoral cearense, demonstra que os principais fatores que pesam na decisão de investir fora do país são: questões internas à empresa, nomeadamente o conhecimento prévio dos mercados (4,22), necessidade de crescimento da empresa (3,33), aproveitamento das capacidades da empresa (3,33), com aspectos relacionais, onde se destaca o acompanhamento de clientes (3,33), e com razões externas relacionadas com o mercado de origem, mais concretamente com a sua reduzida dimensão (4,00), e com o mercado externo, particularmente com seu potencial como destino turístico (4,78) e a proximidade lingüística e cultural (3,67).

Além desses fatores os estudos recentes sobre economia internacional têm considerado outros elementos determinantes no processo de internacionalização das empresas via IED, como a proximidade lingüística e cultural. Nessa perspectiva, Silva (2002) afirma que os fatores de natureza cultural e política são determinantes para os investimentos, como também para o comércio exterior e outros fluxos, embora esses fatores tenham sido por muito tempo negligenciado pelos teóricos da economia internacional.

De acordo com Silva (2002), no contexto da globalização e com vistas às empresas se posicionarem melhor competitivamente, elas tiram partido das afinidades lingüísticas, históricas e culturais entre países, mesmo quando distantes e com diferenças por vezes consideráveis, como é o caso Brasil e Portugal. Assim, para o autor, a globalização estimula o agrupamento lingüístico e cultural dos países, que funciona como uma base competitiva natural para as empresas que se internacionalizam.

Alguns fatores explicam as vantagens desse tipo de proximidade Silva (2002) como a "uma língua comum reduz os custos de comunicação das transações entre países, contribui para a formação de vastos mercados de certos produtos – o audiovisual é talvez o exemplo mais evidente – e gera uma série de externalidades para os países que compartilham".

Para Cataia (2001) a “política territorial de distribuição de incentivos, subsídios e isenções fiscais como forma de atrair investimentos – principalmente os Investimentos Externos Diretos – faz com que ocorra uma transferência de recursos públicos para o setor privado, principalmente quando estados e municípios, por meio de obras de engenharia, produzem uma silhueta territorial adequada aos ditames da empresa a ser atraída”.

Assim, o autor considera que os efeitos das políticas públicas territoriais e das políticas das empresas na organização e produção do espaço alienam o território, o que se refere “a lugares/regiões que preparam seu território com um conjunto de obras de infra-estrutura e isenções fiscais no intuito de atrair investimentos, mas acabam por transformar em reféns da política das empresas em função do poder econômico que as empresas transacionais possuem”. Nessa perspectiva Cataia (2001) define “territórios alienados” quando os municípios ou mesmos estados inteiros se subordinam à política das empresas. Mais, precisamente, são “aqueles municípios que prepararam seu chão, com obras de engenharia e normas, receberam investimentos empresariais e tornaram-se reféns das políticas empresariais. Há empresas transnacionais economicamente mais poderosas que territórios nacionais inteiros. É mais comum ainda encontrarmos empresas que dominam as políticas locais”.

Analisando as relações de poder entre as corporações e o Estado, considerando a política fiscal de incentivos para as empresas, o autor salienta duas situações de manipulação do poder empresarial como: transformar as necessidades empresariais em necessidades sociais a partir do uso corporativo do território; e a segunda situação, é quando as empresas além das vantagens fiscais, impõem normas, regulam e organizam os territórios de acordo com suas próprias políticas.

É nesse contexto, portanto, que o avanço nos últimos vinte anos do capital turístico, hoteleiro e imobiliário, no Litoral Norte da Bahia, tem como indutor o Estado atuando através de políticas de

investimentos em infra-estrutura, isenções fiscais e *markentig* com o objetivo de promover o tão desejável “desenvolvimento regional sustentável”. A deflagração desse processo é caracterizado pela apropriação privada de grandes espaços litorâneos ecologicamente conservados e de alto grau de fragilidade, e supervalorizados em decorrência dos investimentos públicos, como também de apropriação de áreas de interesse das populações que tradicionalmente aí residem. A apropriação e o uso dessas áreas pelos grupos econômicos multinacionais tem produzido novas configurações territoriais as quais criam suas próprias normas e estratégias de regulação e controle do espaço, bem como promove uma supervalorização das terras, altera a estrutura fundiária e conseqüentemente expropria das suas terras as comunidades tradicionais litorâneas pesqueira, extrativista e agrícola.

Tal realidade é observada ao longo litoral da Bahia e do nordeste brasileiro, região onde o processo de reprodução e acumulação do capital tem se verificado a partir da atividade turística e imobiliária voltada, notadamente, para o mercado internacional. Assim, nota-se que o litoral do nordeste e o litoral norte da Bahia representa hoje, as novas tendências globais de apropriação e uso do território, de complexas relações de poder entre o Estado, as corporações, e a sociedade. Submetida as diversas lógicas globais e locais e a interesses diversos, coloca-se em questão a necessidade de discutir o destino, o cenário atual, possível e desejável para esta região.

## Bibliografia

- Bahia, Secretaria de Turismo, 2005, Oportunidades de Investimentos, Salvador.
- Bertoncello, R., 1985, La dinamica territorializadora de uma atividade produtiva, Estudos Territoriales, Buenos Aires, n. 17, pp. 2-25.
- Breda, Z., 2008, A internacionalização das empresas portuguesas no Brasil: o caso do setor hoteleiro. Universidade de Aveiro, Departamento de Economia, Gestão e Engenharia Industrial, Aveiro, Portugal.
- Cataia, M., 2003, A alienação do território: o papel da guerra fiscal no uso, organização e regulação do território brasileiro, *in*

- Território brasileiro: usos e abusos. (org) Souza, M.A. *et. al.*, Campinas, Edições Territorial, pp. 397-415.
- Chesnais, F., 1996, A mundialização do capital, Xamã, São Paulo.
- De La Torre, O., 1994, El turismo – fenómeno social, Fondo de Cultura Económica, México.
- Horrillo, M.A.R., 2008, La expansión Internacional de las Cadenas Hoteleras: el caso español, Universidad de Málaga, Departamento de Economía, Espanha.
- Proserpio, R., 2007, O avanço das redes hoteleiras internacionais no Brasil, Aleph, São Paulo.
- Rodrigues, A.B., 1997, Turismo e espaço, Hucitec, São Paulo.
- Silva, J.R., 2002, Portugal/Brasil: uma década de expansão das relações econômicas, 1992-2002, Terrmar, Lisboa.
- s/n, 2003, Empresas subsidiárias portuguesas no Brasil: um panorama, *Perspectiva e Planejamento*, V. 9, n. especial. Ministério das Finanças, Lisboa, pp. 97-121.